



ATA DE PLENÁRIA DE 19 DE MAIO DE 2026

FÓRUM MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E JUSTIÇA PARA OS POVOS INDÍGENAS

I. LOCAL E DATA

Data: 19 de maio de 2026

Horário: 14h10 às 17h05

Local: online

II. PARTICIPANTES

Participaram da reunião Christiane Nogueira, Procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT); Clovis Antonio Brighenti, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Daniela Greeb, do Instituto de Políticas Relacionais; Deborah Duprat, especialista; Eduardo Baker, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais; Eduardo Valadares, da DPU/DNDH; Ela Wiecko, especialista; Elaine Moreira, da OBIND; Fernanda Pitta, do CESTA; Flavio Bastos, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo; Iara Ferraz, especialista; Julio Zelic, do Armazém Memória (AM); Karina Melo, da Associação Nacional de História (ANPUH) – GT “Indígenas na História”; Leonardo Gunther, da AJUR/CGY; Luana Batista; Luiza Barros, do Instituto Socioambiental (ISA); Maira Pankararu, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Manoel Castilho, especialista; Marco Antonio Delfino, do Ministério Público Federal – 6ª Câmara de Coordenação e Revisão/Dourados; Marcos Tolentino, do Memorial da Resistência de São Paulo; Osmarina de Oliveira, do CIMI; Paulino Montejo, da APIB; Rafael Pacheco, do Instituto de Políticas Relacionais; Rodolfo Costa Machado, do Fórum Amazônia e da equipe de pesquisa do caso Paranapanema; Rubens Soares, especialista; Rute Pacheco, da Associação Nacional dos Servidores da Funai (ANSEF); Stephen Baines, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); e Vanessa Mary Labigalini, do Instituto de Políticas Relacionais.





III. PAUTA

1. Informes gerais e agenda do Fórum;
2. Organização do encontro nacional do projeto JTPI em Brasília;
3. Atualizações jurídicas e pareceres técnicos;
4. Estratégias de incidência política e institucional;
5. Apresentação e articulação dos casos judicializados;
6. Encaminhamentos sobre documentário, acervos e comunicação;
7. Encaminhamentos gerais e agenda

IV. RESUMO

A plenária teve como objetivo discutir os próximos passos do Fórum Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas, com foco na organização do encontro nacional do projeto Justiça de Transição para Povos Indígenas (JTPI), nas estratégias de incidência política relacionadas à Comissão Nacional Indígena da Verdade e nos encaminhamentos jurídicos em construção.

Foram confirmadas as atividades presenciais do projeto Justiça de Transição Para os Povos Indígenas em Brasília nos dias 21 e 22 de julho de 2026, incluindo reunião ampliada com lideranças indígenas, apresentação dos casos-piloto desenvolvidos pelos pesquisadores indígenas do projeto, lançamento do livro dos pesquisadores e apresentação preliminar do mapa de Justiça de Transição com casos judicializados. Também foi informado o adiamento do seminário internacional sobre Comissões Nacionais Indígenas da Verdade para março de 2027, considerando o calendário eleitoral e questões logísticas internacionais.

No campo jurídico, foram apresentados informes sobre a nota técnica da DPU, já finalizada e em revisão pelo Observatório de Injustiça de Transição, e sobre o parecer do jurista Daniel Sarmento, previsto para entrega no dia seguinte à reunião. Deborah Duprat destacou a necessidade de avaliação estratégica e política antes de qualquer divulgação pública dos documentos, reforçando que os pareceres foram produzidos prioritariamente para subsidiar eventual atuação judicial.

O debate político concentrou-se na estratégia institucional do Fórum para criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade. Paulino Montejo reafirmou a posição da APIB e do Fórum de priorizar a construção de uma normativa via decreto, descartando a apresentação de projeto de lei diante do atual contexto político. Também foram discutidas possibilidades de incidência internacional, caso não haja avanço institucional no âmbito federal.





A reunião abordou ainda articulações entre MPT e MPF relacionadas a casos empresariais envolvendo violações contra povos indígenas, especialmente o caso Paranapanema, atualmente mais avançado em termos de investigação, produção de provas e negociações institucionais. Foi debatida a construção de um documentário relacionado a esses casos, bem como estratégias para recuperação e preservação de acervos documentais empresariais, em parceria com o Armazém Memória e o MPF.

Por fim, foram definidos encaminhamentos relacionados à circulação interna dos pareceres, convocação de reunião técnica extraordinária do GT2, organização da comunicação do Fórum e fortalecimento da articulação política e institucional para os próximos meses.

V. ASSUNTOS TRATADOS

1. Abertura da plenária e informes gerais

A reunião foi aberta por Daniela Greeb, que apresentou os objetivos da plenária e os principais informes do período. Foram mencionadas as atividades previstas para o segundo semestre, as articulações em andamento junto aos Grupos de Trabalho e a necessidade de alinhar o planejamento do Fórum ao contexto político e eleitoral dos próximos meses.

Daniela também informou o ingresso do Andes como novo membro do Fórum, sendo registrado o reconhecimento coletivo à ampliação das articulações institucionais.

2. Organização do encontro nacional do projeto JTPI

Foi apresentada a programação preliminar do encontro nacional do projeto Justiça de Transição para Povos Indígenas, que ocorrerá em Brasília nos dias 21 e 22 de julho de 2026.

O dia 21 será dedicado às atividades internas do projeto, enquanto o dia 22 contará com programação ampliada para membros do Fórum e convidados, incluindo:

- apresentação dos sete/oito casos-piloto desenvolvidos pelos pesquisadores indígenas;
- apresentação preliminar do mapa de Justiça de Transição com casos judicializados;
- plenária ampliada;
- lançamento do livro dos pesquisadores indígenas;
- articulações sobre o seminário internacional previsto para 2027.





Foi informado que a logística de passagens, hospedagem e alimentação já está sendo organizada para aproximadamente 30 a 40 lideranças indígenas das sete regionais da APIB, além de familiares vinculados aos casos acompanhados.

Paulino Montejo reforçou que a data de 22 de julho é definitiva, pois está vinculada à agenda nacional da APIB e à reunião das lideranças indígenas.

3. Seminário internacional sobre Comissões Nacionais Indígenas da Verdade

A coordenação informou o adiamento do seminário internacional inicialmente previsto para 2026. O evento foi remarcado para março de 2027, considerando:

- o calendário eleitoral brasileiro;
- dificuldades logísticas de participação internacional;
- a necessidade de ampliar a incidência política antes da realização do seminário.

Foi destacado que o novo calendário permitirá maior articulação com o ATL de 2027 e com parceiros internacionais.

4. Atualizações jurídicas e pareceres técnicos

Eduardo Valadares informou que a nota técnica da DPU sobre Justiça de Transição indígena encontra-se concluída e em revisão final pelo Observatório de Injustiça de Transição. Segundo ele, as alterações pendentes são predominantemente gramaticais e a minuta será compartilhada internamente com o grupo, sem divulgação pública neste momento.

Também foi informado que o parecer do jurista Daniel Sarmento sobre estratégias de incidência e possibilidades jurídicas seria entregue até o dia seguinte à reunião.

Deborah Duprat ressaltou que os pareceres e a nota técnica foram produzidos com finalidade estratégica para subsidiar possíveis medidas judiciais e, portanto, sua divulgação pública deve ser cuidadosamente avaliada. Alertou ainda para os riscos políticos relacionados ao calendário eleitoral e à utilização precipitada dos documentos.

Diante disso, deliberou-se que os pareceres serão inicialmente encaminhados ao GT2 (Administrativo-Jurídico) e ao grupo de incidência política para leitura coletiva e definição estratégica sobre:





- eventual divulgação pública;
- incidência institucional;
- possibilidade de judicialização;
- novos protocolos junto aos ministérios.

5. Estratégia política e institucional da Comissão Nacional Indígena da Verdade

Paulino Montejo reiterou a posição política construída pela APIB e pelo Fórum de não apresentar projeto de lei para criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade, considerando o cenário político atual e os riscos de retrocesso.

Foi reafirmado que a estratégia prioritária permanece sendo a criação da Comissão por meio de decreto presidencial, associada à construção de incidência internacional, caso necessário.

Marco Antonio Delfino avaliou que o atual contexto político ainda não oferece condições favoráveis para emissão do decreto e defendeu a continuidade da produção técnica e jurídica do Fórum para fortalecimento futuro da proposta.

Também foram relatadas dificuldades de incidência junto aos ministérios após mudanças nas gestões do MPI e do MDH, sendo mencionado que a ausência de respostas institucionais por mais de seis meses já constitui um indicativo político relevante.

6. Casos judicializados, documentário e articulação com MPT/MPF

Foi retomado o debate sobre os casos empresariais relacionados a violações de direitos dos povos indígenas, especialmente aqueles vinculados ao trabalho e à atuação de grandes empresas.

Os participantes informaram que o caso Paranapanema é atualmente o mais avançado em termos de:

- investigação;
- coleta de provas;
- audiências;
- negociações institucionais.

O caso deverá servir como referência metodológica para outros processos semelhantes em andamento.





Também foi debatida a construção de um documentário sobre Justiça de Transição indígena e violações empresariais. Os participantes defenderam que o material tenha maior foco nos casos indígenas e nas responsabilidades institucionais e empresariais.

7. Acervos documentais e Armazém Memória

Julio Zelic e outros participantes destacaram a importância estratégica da recuperação e preservação de acervos documentais empresariais e institucionais como provas para futuras ações judiciais.

Foi mencionada a articulação com o Armazém Memória e com o MPF para:

- recuperação de arquivos;
- preservação de documentos;
- construção de acervos digitais;
- apoio a pesquisas e investigações.

Também foi informado que existem aproximadamente 3 milhões de documentos já organizados, além de outros 5 milhões em projeto junto à FUNAI.

8. Comunicação e alinhamento político do Fórum

Paulino Montejo alertou para o risco de dispersão política e estratégica do Fórum diante da multiplicação de iniciativas paralelas. Reforçou que todas as ações devem manter alinhamento com o objetivo central de criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade.

Foi definido que a estratégia de divulgação dos pareceres e demais materiais será construída coletivamente entre GT4/comunicação e os parceiros institucionais, priorizando coerência política e segurança estratégica.

A reunião foi encerrada com agradecimentos aos participantes, reforço dos encaminhamentos definidos e destaque para a importância da continuidade da articulação política, jurídica e institucional do Fórum no contexto atual.





V. Encaminhamentos e Agenda

Gestão e organização

- Daniela Greeb: enviar programação completa do encontro de 21 e 22 de julho por e-mail;
- Daniela Greeb: compartilhar os pareceres e a nota técnica assim que recebidos;
- Daniela Greeb: convocar reunião administrativa-jurídica e reunião extraordinária do GT2;
- Secretaria do Fórum: organizar circulação interna dos documentos e informes.

Jurídico e incidência política

- GT2 (Administrativo-Jurídico): realizar leitura coletiva dos pareceres e elaborar proposta de encaminhamento;
- Grupo de incidência política: avaliar participantes do gt e estratégia de divulgação pública;
- Eduardo Valadares (DPU): compartilhar minuta da nota técnica após revisão final;
- Dr. Daniel Sarmiento: entregar parecer jurídico sobre incidência;
- Marco Antonio Delfino: atualizar o Fórum sobre interlocuções institucionais e possibilidades de incidência.

Encontro nacional e projeto JTPI

- Equipe do projeto: organizar passagens, hospedagem e alimentação das lideranças indígenas;
- Elaine/OBIND e equipe do projeto: convidar pareceristas e pesquisadores para o momento preparatório do encontro;
- Luana: apresentar a primeira versão do mapa de Justiça de Transição com casos judicializados no evento de julho.

Comunicação e memória

- GT4/comunicação: elaborar proposta de divulgação conjunta;
- Julio Zelic e Rodolfo Machado: avançar na parceria com o Armazém Memória para recuperação de acervos documentais;
- Secretaria do Fórum: compartilhar documentário e materiais audiovisuais mencionados durante a reunião.

Articulação institucional

- Paulino Montejo: apresentar atualizações sobre estratégia internacional e incidência política nas próximas reuniões;
- Marco Antonio Delfino: estabelecer contato com assessoria internacional mencionada durante a plenária.





Próximas agenda de 2026:

Todas as plenárias acontecem todas as terças, terça feiras do mês, das 14h às 17h, conforme datas abaixo:

- 16 de junho (online) – Plenária
- 22 de julho (presencial) – Plenária - Encontro Nacional JTPI
- 18 de agosto (online) – Plenária
- 15 de setembro (online) – Plenária
- 20 de outubro (online) – Plenária
- 17 de novembro (online) - Plenária
- 15 de dezembro (online) - Avaliação e Planejamento 2027

As pautas serão definidas sempre na plenária anterior conforme planejamento e demandas a partir do contexto político.

